

# Nossa opção!

Nossa posição ante a sucessão presidencial foi definida há meses, não em função das pessoas, mas da imperiosa necessidade de um programa capaz de conduzir à estabilidade monetária e à retomada do desenvolvimento. Foi essa consciência das efetivas necessidades do País que num momento nos levou a aconselhar o ministro da Fazenda a permanecer em seu posto para levar avante o plano que havia anunciado, e noutro, logo em seguida, dada a dispersão das forças políticas, a ver no senador Fernando Henrique Cardoso a pessoa que reuniria as condições para realizar um programa que coloque os interesses nacionais acima das querelas partidárias e das questões pessoais. O apoio à candidatura Fernando Henrique Cardoso foi, assim, um passo fácil de ser dado; como que a conclusão de premissas solidamente lançadas há muito tempo. Sobretudo quando à S. Exa. se opunham (exceção feita em alguns aspectos do senador Esperidião Amin) candidatos que simbolizavam todo o contrário. Verdade que na última semana de campanha, como a fazer um sentido mea-culpa, o sr. Luiz Inácio Lula da Silva e muitos de seus adeptos passaram a falar linguagem diversa daquela que trombetaram durante a maior parte da campanha: agora, quando se viu que a inflação pode ser contida sem congelamentos ou confiscos de ativos financeiros, passaram a defen-

der a estabilidade monetária como condição de melhora do padrão de vida da classe trabalhadora. São os azares da política...

Havendo feito um longo aprendizado no Senado e tido, no Ministério Itamar Franco, fosse como chanceler, fosse como ministro da Fazenda, experiência administrativa (vale dizer, de como é a máquina e de como com ela se lida) suficiente, o senador Fernando Henrique Cardoso está em condições de levar à frente um programa que é seu e de sua equipe — mérito que ninguém, nem mesmo o mais empedernido de seus adversários, lhe pode tirar. Isso por um lado. Por outro, sua vida pública não é daquelas construídas pelos tortuosos caminhos da política de arbalde, daqueles que acabam conduzindo mais cedo ou mais tarde ao famoso "é dando que se recebe". São sua experiência e seu passado que nos permitem formular um juízo quase definitivo no sentido de que S. Exa., se eleito, como tudo indica, não nos decepcionará. Dissemos "quase" porque estamos afeitos, ao longo de nossa experiência mais recente, a sofrer decepções, algumas duras. Para não ir mais longe, bastar-nos-emos com citar os srs. Jânio Quadros e Fernando Collor



de Mello. Uma coisa, porém, nos anima a tomar o "quase" como mera postura defensiva: o senador Fernando Henrique Cardoso não é homem de renunciar aos propósitos que se impõem, nem se sabe de fatos que o tenham desabonado ao longo de sua vida política e pessoal.

Eleito, S. Exa. reunirá, pois, condições para dirigir o País para o destino que, perdoem-nos a repetição, merece. Em seu último programa eleitoral pelo rádio, Fernando Henrique Cardoso declarou-se disposto a não ser apenas o presidente que administra a máquina ou entra em contato com o Congresso. Comprometeu-se a ser um "líder", condutor do processo dentro das normas da convivência democrática, intérprete das aspirações populares e, podemos dizer, para depois exigir de S. Exa., dos interesses nacionais. Dessa perspectiva, suas tarefas serão imensas e não se resolverão com meros exercícios de diplomática cortesia ou por bem cinzelados artifícios, como esse do plebiscito para saber se o povo aprova estas ou aquelas reformas da Constituição. A responsabilidade pela condução do processo de reforma cabe ao presidente eleito, façam-se elas agora e já, ou imediatamente após sua posse. Será de sua ascendência

sobre o Congresso, seja pelas amizades que lá deixou, seja pela legitimidade de que se revestirá seu mandato, que lhe será possível convencer os membros do Legislativo de que é importante dar seqüência ao Plano Real, realizando as reformas estruturais que deixaram de ser feitas à sua época.

Algumas delas, todos estão convencidos, tocarão fundo em interesses corporativos há muito estabelecidos — como as que refor-

**Há tempos nos definimos por quem reunisse as condições de eliminar a inflação e fazer reformas**

mularão os monopólios. Outras, como a da Previdência e a que a ela se liga, a das aposentadorias, despertarão paixões violentas. Haverá aquelas que mobilizarão contra o presidente forças políticas ponderáveis, como a tributária e a que estabeleça novos critérios para a distribuição de verbas e encargos entre os Estados e municípios. Se não souber equacionar corretamente esses problemas e dar prosseguimento àquilo que for detalhado, o futuro presidente não conseguirá levar a termo seu programa. Se o conseguir, terá o apoio unânime do povo brasileiro e o reconhecimento de quantos foram salvos — e somos praticamente todos nós — do demônio da inflação.